

Alteração na Responsabilidade Fiscal ajuda municípios em crise



Aloizio Mercadante (E), Garibaldi Alves, Gim Argello e Sérgio Zambiasi na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos

Um dos projetos aprovados pela CAE evita a interrupção de convênio relativo a obra iniciada e outro flexibiliza a LRF em 2009

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem dois projetos que visam ajudar municípios em dificuldades financeiras. Uma das propostas flexibiliza a aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal no exercício financeiro de 2009. O objetivo, como explica o autor dessa proposta, César Borges, não é liberar a "gastança", mas socorrer

os municípios diante da queda excepcional de receitas este ano. O outro projeto, que também altera a Lei de Responsabilidade Fiscal, objetiva evitar a interrupção de convênios relativos a obras já iniciadas. Ambas as propostas devem ser examinadas pelo Plenário do Senado em regime de urgência, também aprovado pela comissão. **4 e 5**

Início do ensino fundamental aos cinco anos

Projeto de Flávio Arns aprovado pela Comissão de Educação estabelece que o ensino fundamental obrigatório, com duração de nove anos, terá início aos cinco anos de idade. Os alunos deverão permanecer no ensino infantil até os cinco anos. **7**

Substituição do recolhimento do INSS gera dúvidas

Ainda não há consenso a respeito da proposta de substituir o recolhimento do INSS sobre a folha de pagamentos por uma contribuição de 0,5% sobre a movimentação financeira. A questão foi debatida por cinco comissões (uma do Senado e quatro da Câmara). **5**

Senadores devem votar na sessão de hoje pauta extensa

Um impasse em torno do projeto do governo sobre a assistência técnica para a agricultura familiar impediu a votação dessa proposta e de várias outras que constavam da ordem do dia de

ontem. Uma das matérias em pauta é o protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul. Hoje, o Plenário deve retomar as votações com uma pauta em que figuram vários projetos. **3**



Por falta de acordo, o Senado só votou ontem um projeto de decreto legislativo e um requerimento



Jane Amêijoa

O Congresso Nacional comemorou ontem, antecipadamente, o Dia do Marinheiro, que se celebra anualmente em 13 de dezembro, em homenagem ao nascimento do Almirante Tamandaré. Senadores e deputados destacaram, no Plenário do Senado, o profissionalismo da Marinha e defenderam a melhoria dos soldos e a modernização dos equipamentos usados por essa força. **2**

MESQUITA JÚNIOR: PESAR POR BORBOREMA

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) apresentou requerimento de voto de pesar pelo falecimento, na segunda-feira, do fundador e militante histórico do PMDB do Acre João Moreira de Alencar, o João Borborema. – Borborema era um daqueles militantes que carregam o partido no coração e nas costas – disse o senador. Borborema, que nasceu em Rio Branco em 1930, foi personagem importante na história política do estado, segundo Mesquita Júnior. Ele adiantou que o militante será personagem do volume 2 do livro *Brava gente acreana*, cujo primeiro volume já foi publicado pelo seu gabinete, com impressão pela Gráfica do Senado.

MOZARILDO LEMBRA DIA DA JUSTIÇA

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) saudou a passagem do Dia da Justiça, comemorado em 8 de dezembro. Afirmou ainda que a morosidade no Judiciário é decorrente da própria legislação, que impede os ministros e desembargadores de atuarem de forma diferente. Ressaltou que os três Poderes deveriam funcionar de forma independente e harmônica, conforme prevê a Constituição, ao apontar uma atual “hipertrofia” do Executivo, “que se intromete em todos os Poderes”. Mozarildo homenageou o Tribunal de Justiça de Roraima, que completou 18 anos em abril último e é um dos mais novos do país.

Congresso homenageia o Dia do Marinheiro

Em sessão para comemorar data de nascimento do Almirante Tamandaré, parlamentares defendem melhoria dos soldos e modernização dos equipamentos

O CONGRESSO CELEBROU ontem o Dia do Marinheiro, instituído em 1925, para ser comemorado anualmente em 13 de dezembro, em homenagem ao nascimento do Almirante Tamandaré. A sessão foi presidida por Serys Slhessarenko (PT-MT). Serys ressaltou o profissionalismo da Marinha, em especial seu trabalho na Base Brasileira na Antártica e na Amazônia. Ela defendeu a melhoria dos soldos e a modernização dos equipamentos. Essa será, na avaliação de Romeu Tuma (PTB-SP), a maior contribuição a ser dada pelo Congresso à Marinha. Autor do requerimento para realização da homenagem, o deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR) defendeu a modernização.



Darke Nunes (E), Julio Soares, Serys Slhessarenko, Juniti Saito e Gustavo Fruet

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), disse que 2010 deverá marcar o início da renovação da frota da Marinha, com novas 14 fragatas e 50 navios para patrulha, além da ampliação do número de submarinos.

Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que o país precisa valorizar a educação como forma de garantir a sua soberania. Mão Santa (PSC-PI) citou as Forças Armadas como exemplo a ser seguido pelo Legislativo no que diz respeito à credibilidade junto à opinião pública.

Oswaldo Sobrinho aponta excesso na edição de MPs



Oswaldo Sobrinho

Oswaldo Sobrinho (PTB-MT) criticou o uso abusivo de medidas provisórias (MPs) pelo Executivo e afirmou que o Parlamento deve “abandonar a inércia e retomar suas prerrogativas constitucionais”.

– O que precisamos, de fato, é abandonar essa atitude de inércia que tem caracterizado o Parlamento brasileiro, que tem abdicado de sua prerrogativa de legislar para ficar a reboque do Poder Executivo – afirmou.

Oswaldo Sobrinho sublinhou o parecer favorável do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Celso de Mello ao entendimento do presidente da Câmara, Michel Temer, segundo o qual a MP deve dispor somente sobre leis ordinárias e não poderia, portanto, sobrestar todas as deliberações legislativas, mas só as que tenham por objeto matérias no âmbito das leis ordinárias.

Clima: Heráclito registra “omissão” de governador



Heráclito Fortes

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) criticou o governador do Piauí, Wellington Dias (PT), que não foi a Copenhague, na Dinamarca, para participar da conferência mundial sobre mudanças climáticas.

– Estou desapontado com a omissão dele – afirmou Heráclito, acrescentando que “o estado do Piauí depende das discussões e dos resultados desse encontro”.

Ao ressaltar que seu estado enfrenta diversos problemas ambientais, o senador citou as nascentes do rio Parnaíba, “que estão morrendo”; o rio Guruguéia, “que enfrenta problemas derivados do descaso do homem”; o lençol freático do município de Cristino Castro, “que também está padecendo”; e o Parque Nacional da Serra Vermelha, “que, segundo alguns, corre o risco de se transformar em uma carvoaria”.

Falta de pesquisa dificulta utilização da babosa

O Brasil está atrasado em relação à utilização do aloe vera como suco vitalizante, afirmou em audiência pública o pesquisador do Conselho Internacional de Ciência do Aloe (Iasc), Michael Peuser. Conhecido popularmente no Brasil como babosa, o aloe vera é utilizado mundialmente e em larga escala para vários fins, inclusive e principalmente na área de isotônico, ressaltou o pesquisador.

No Brasil, o uso de aloe vera é autorizado apenas para a produção de alguns cosméticos

e medicamentos fitoterápicos. Como alimento, segundo informações da Anvisa, a babosa apenas é permitida como aditivo aromatizante.

Michael Peuser foi convidado a participar de audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) a fim de discutir os critérios adotados pelos órgãos competentes para o registro do uso do aloe vera e conhecer as propriedades do produto.

– Infelizmente, é uma chance que o Brasil perde, pois, devido

às condições climáticas do país, poderia ser o maior exportador mundial do produto – garantiu Michael.

No Brasil, segundo explicaram os representantes do Ministério da Agricultura e da Anvisa, o aloe vera é proibido como alimento por falta de pesquisas que comprovem a segurança alimentar e para a saúde.

Autor do requerimento para a audiência, Gilberto Goellner (DEM-MT) reconheceu que o Brasil está muito atrasado em relação ao uso do aloe vera.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário vota vale-cultura para o trabalhador

A sessão deliberativa do Senado tem início às 14h. Entre os 70 itens da pauta de votação, está o projeto de lei (PLC 219/09) que institui o Programa de Cultura do Trabalhador e cria o vale-cultura. Também na agenda, projeto (PLC 219/09) que institui política de assistência técnica e extensão rural e estabelece programa para o setor.

CDH debate projeto contra discriminação

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) vota, às 10h, substitutivo ao projeto que criminaliza a discriminação contra idosos, deficientes e homossexuais. Outra proposta em análise altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para ampliar os períodos de prestação de serviços à comunidade e de internação, e estabelecer outras sanções ao adolescente infrator.

Alteração no Código de Telecomunicações

Às 8h30, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) se reúne para analisar 33 projetos de decreto legislativo dispendo sobre autorização para funcionamento de emissoras de rádio e TV. Em análise também proposta que altera o Código Brasileiro de Telecomunicações, para prever penalidades a quem contratar espaço publicitário em emissoras de radiodifusão que operem ilegalmente.

Congresso promulga emenda dos Precatórios

O Congresso Nacional realiza sessão solene, às 10h, para promulgar a Emenda Constitucional 62/09, que altera as regras para pagamento de precatórios, que são dívidas judiciais da União, estados, Distrito Federal e municípios. A emenda é oriunda da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 12-A/06. A sessão será realizada no Plenário do Senado.

Reforma no CPP é analisada por comissão

Apreciação do relatório final, às 15h, da comissão temporária destinada a examinar o projeto de lei do Senado (PLS 156/09) que reforma o Código de Processo Penal (CPP).

Homenagem a compositores

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) presta homenagem, às 10h, aos compositores da música popular brasileira e debate as principais dificuldades enfrentadas pela categoria. Participam da reunião os compositores Nelson Sargento, Wilson Moreira, Noca da Portela, Adelaide Chiozzo, Ademilde Fonseca, Agenor de Oliveira, Paulo Debétio, Oswaldo da Cuíca e Délcio Carvalho.

Lançamento de livro sobre Mão Santa

Às 18h30, será feito o lançamento do livro *Atentai bem! Assim falou Mão Santa*, de Zózimo Tavares, na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho.

CCJ: proibição de tabaco em ambientes fechados

O primeiro item da pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que se reúne às 10h, é o projeto de lei complementar que dispõe sobre o Sistema Financeiro Nacional. A proposta tramita em conjunto com outras cinco que tratam do mesmo assunto. Também, entre os 45 itens da pauta, o projeto que proíbe o uso de produtos de tabaco em ambientes fechados.

CAS examina projeto sobre profissão de artistas

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) analisa, a partir das 11h, projeto que estende direito à pensão por morte aos filhos dependentes até os 24 anos de idade, quando estudantes. Outra proposta em exame, entre os 33 itens da pauta, regulamenta as profissões de artistas e de técnico em espetáculos de diversões.

Reunião para instalação da CPI do MST

A CPI do MST, que tem como finalidade investigar os repasses de recursos de organizações não governamentais ao MST, se reúne, às 14h, para proceder à instalação do órgão.

Mercadante destaca apoio de 83% da população ao governo

Aloizio Mercadante (PT-SP) destacou os resultados da última pesquisa CNI/Ibope, que mostra o apoio de 83% da população ao governo do presidente Lula. Ainda segundo a pesquisa, a avaliação do governo Lula como ótimo ou bom subiu de 69% para 72%, enquanto a rejeição caiu de 17% para 14%.

“É um dado espantoso”, disse Mercadante, observando que a metodologia da pesquisa é a mesma nos últimos 15 anos. Segundo o senador, se analisados os dados de 2002, verifica-se que a avaliação como ruim ou péssimo (34%) do governo Fernando Henrique Cardoso, ao término de seu mandato, era superior à sua avaliação como ótimo ou bom (27%).

Na avaliação de Mercadante, ter um presidente da República que detém 83% de apoio popular mostra que “a população



Waldemir Barreto

Para Mercadante, brasileiro reconhece trabalho do presidente e de sua equipe brasileira não apenas apoia, mas reconhece o trabalho que o presidente Lula, sua equipe e a base parlamentar construíram ao longo de sete anos, e confia nesse trabalho”.

Aloizio Mercadante disse que alguns fatores contribuíram para esse cenário, entre eles, a “seriedade com que o atual governo conduziu a política econômica”.

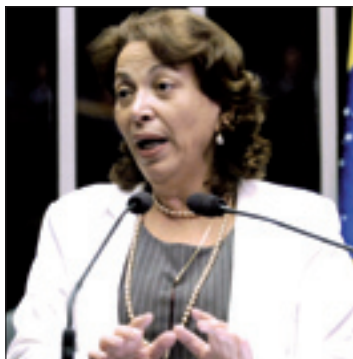
Ideli afirma que “a vida das pessoas está melhorando”

Ideli Salvatti (PT-SC) comemorou ontem o resultado da pesquisa CNI/Ibope divulgada na segunda-feira, cujos números apontam um aumento na aprovação do presidente Lula para 83% (contra 81% registrados em setembro). Para Ideli, a avaliação positiva do presidente reflete como a população está sentindo as melhorias implementadas pelo governo.

– A vida das pessoas está melhorando. A Caixa bateu seu recorde esse ano. R\$ 39 bilhões foram postos para circulação em empréstimos via Minha Casa, Minha Vida.

A senadora disse que, de acordo com o sociólogo Antonio Lavareda, os números da pesquisa transformam o presidente Lula no governante com maior índice de popularidade do Ocidente.

– Em relação ao PIB, o prejuízo já ficou pra trás. Vamos crescer em 2009 e, para 2010, as proje-



Waldemir Barreto

Ideli: pesquisa transforma Lula no governante mais popular do Ocidente

ções já são de crescimento em torno de 6% a 6,6%, sem elevação da taxa Selic – afirmou. Ideli também citou reportagem da revista americana Newsweek que abordou as medidas adotadas pelo governo brasileiro no controle da desigualdade, além de nota do semanário inglês *The Economist* que elogia o Brasil por ter superado a crise, diminuindo a distância entre ricos e pobres.

Flexa Ribeiro: PT desestimula publicação de ideias opostas

“A busca pela intimidação dos meios de comunicação e o desestímulo à publicação de ideias opostas ao proposto pelo partido são práticas autoritárias e corriqueiras do PT”, disse o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ao denunciar que, no site oficial do governo do Pará, quem acessa o serviço “Fale com a governadora” é obrigado a declarar estar ciente de que poderá ser “penalizado se usar indevidamente” aquele canal de comunicação.

O senador registrou reclamação feita por um cidadão que tentou enviar um recado à governadora e foi surpreendido com o texto publicado no site oficial. O usuário queixou-se no blog Espaço Aberto, do jornalista Paulo Bemerguy, em agosto passado. Atualmente o “Fale com a governadora”, publicado no site <http://www.pa.gov.br>, não contém mais as frases cita-



Waldemir Barreto

PT quer maior controle do Estado sobre os meios de comunicação, diz senador das pelo leitor, mas exige que o internauta se cadastre antes de enviar o seu comentário.

– Lembro que o Planalto mantém um blog onde não é permitido o envio de comentários. Mais do que isso: o diretório nacional do Partido dos Trabalhadores quer patrocinar mudanças no sistema de comunicação do Brasil, instituindo maior controle do Estado sobre os meios de comunicação – afirmou Flexa.

Brasileiros e uruguaios nas áreas de fronteira poderão se beneficiar de serviços de saúde de ambos os países. Senadores defendem realização de Conferência Rio+20, em 2012



Waldemir Barreto

Senadores Mão Santa (E), Marconi Perillo e Romero Jucá (em pé) durante sessão plenária secretariada por Claudia Lyra

Senado aprova acordo com Uruguai na área da saúde

O SENADO APROVOU ontem Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 847/09, apresentado pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, que facilita o acesso aos serviços de saúde pelas populações das áreas de fronteira entre Brasil e Uruguai.

O relator da matéria na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), observou que o acordo aperfeiçoa “a finalidade última da integração, que é propiciar o bem-estar dos cidadãos”. Entre outras normas, o acordo prevê

contrato específico para a prestação dos serviços de saúde, a ser pactuado entre os interessados de cada país. Estabelece também que os serviços serão submetidos às normas técnicas e administrativas e aos princípios e diretrizes do sistema de saúde do país.

Requerimentos

Entre os requerimentos aprovados pelos senadores, está o pedido da CRE ao ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, para que seja lançada nos fóruns internacionais, especialmente na Organização das Nações Unidas (ONU), a proposta de realiza-

ção, em 2012, da 3ª Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, a “Rio + 20”, na cidade do Rio de Janeiro.

Também foi aprovada consulta do senador Wellington Salgado (PMDB-MG) à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Ele questiona se os senadores teriam o poder de destituir diretores de agências reguladoras, já que cabe a eles aprovar suas indicações. O parlamentar observou que alguns diretores “fazem [no cargo] tudo completamente ao contrário” do que declaram na arguição no Senado.

Plenário tem hoje extensa pauta de votação

A falta de acordo entre a oposição e o Ministério da Agricultura impediu ontem a votação do projeto do governo que cria a Política Nacional de Assistência Técnica e Rural para Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater). A proposta também cria o Programa Nacional de Assistência Técnica e Rural na Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pronater).

Para o líder do Democratas, senador José Agripino (RN), um artigo do projeto (PLC 219/09) abriria espaço para que organizações não governamentais atuassem no âmbito das empresas de assistência técnica e extensão rural (Ematers). Uma negociação teria sido iniciada com o ministro do Desenvolvimento

Agrário, Guilherme Cassel, que chegou a encaminhar aos senadores um documento com os termos de um acordo.

Antes do adiamento da votação, que ficou para hoje, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) lembrou a importância dos técnicos rurais para a produtividade da pequena agricultura.

Venezuela

A falta de acordo para a apreciação da proposta, que tramita em regime de urgência constitucional e, portanto, tranca a pauta, também impediu a votação de outros projetos sobre os quais tanto o governo como a oposição esperavam votar ontem. Ambos haviam apontado suas prioridades numa pauta

de 71 itens, mas o trancamento só permitiu a votação de requerimentos e de um projeto de decreto legislativo.

A expectativa dos senadores era limpar a pauta para que a sessão de hoje fosse exclusivamente destinada à votação do protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul. A oposição havia inclusive solicitado o adiamento da votação na última semana, para que houvesse tempo suficiente para a apresentação de todos os argumentos contrários e favoráveis.

O senadores deverão ter hoje, portanto, uma extensa agenda de trabalhos em Plenário, já que amanhã uma nova medida provisória passará a trancar a pauta de votação.

Demostenes lembra 25 anos do restabelecimento da democracia

No dia 15 de janeiro de 2010, o Brasil irá celebrar os 25 anos do restabelecimento da democracia, disse Demostenes Torres (DEM-GO), referindo-se à data em que Tancredo Neves foi eleito presidente da República após cerca de 20 anos de ditadura militar.

Segundo o senador, o Brasil apresenta hoje uma democra-

cia “consolidada, robusta e irreversível”. Para Demostenes, “o país nunca teve um período tão longo de liberdade plena, de garantia dos direitos fundamentais, de estabilidade política e, principalmente, de segurança constitucional”. Ele citou ainda “conquistas econômicas” obtidas após a redemocratização, como o controle da inflação.



Moreira Matiz

Demostenes: Brasil nunca teve um período tão longo de liberdade plena

Jucá explica que, com a alteração na lei, eventual inadimplência do município não poderá ser usada como motivo para interromper obra pública, depois de liberada a primeira parcela de recursos

Médico e professor podem obter redução do Fies

A CAE aprovou mudança nas regras do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) que beneficia professores da rede pública de educação básica e médicos integrantes de programas de saúde da família, que poderão abater mensalmente 1% de seus salários devedores.

O acesso dos estudantes do ensino técnico de nível médio ao fundo, a ampliação do prazo de amortização do saldo devedor e o uso de certificados do Fies emitidos pelo Tesouro Nacional para a quitação de tributos federais pelas instituições de ensino são outras inovações contidas no projeto (PLC 184/09), que recebeu parecer favorável, com quatro emendas de redação, do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

Antes de passar pela CAE, o projeto foi examinado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), onde recebeu parecer pela aprovação do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS). Para evitar que a matéria voltasse para a Câmara, o que atrasaria a implementação das mudanças no Fies, tanto Zambiasi quanto Garibaldi rejeitaram sete emendas apresentadas no Senado. Algumas das sugestões feitas pelos senadores serão aproveitadas, entretanto, em projeto a ser elaborado pelas duas comissões.

Publicidade de governo regulada por lei específica

Os contratos de publicidade firmados pelo poder público deverão passar a ser regidos por lei específica. Proposta nesse sentido foi aprovada ontem pela CAE. A matéria seguirá agora para votação em decisão terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Em seu parecer, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) destaca avanços contidos no PLC 197/09, como a capacidade de tornar “mais transparente e minucioso” o processo de licitação de serviços de publicidade governamental, que deverá se orientar pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade e da probidade administrativa.

Além da exigência de certificação de qualificação técnica para as agências inscritas na licitação, o projeto proíbe a inclusão de serviços de assessoria de imprensa, promoção de eventos e relações públicas nesse tipo de contrato. Estabelece ainda processo de negociação de preços para a veiculação, assegurando-se à administração pública todos os descontos concedidos sobre os preços de tabela.

— Esse projeto é da maior importância, diante das distorções verificadas em contratos de publicidade nos governos — afirmou Flexa Ribeiro.

Mudança na lei evita paralisação de obras

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem alteração na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) com o objetivo de evitar a interrupção de convênios de obras já iniciadas. De autoria do senador João Vicente Claudino (PTB-PI), a proposta, que foi relatada por Valdir Raupp (PMDB-RO), torna permanente dispositivo constante da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2010, além de estender às transferências de estados para municípios a regra aplicada exclusivamente para as transferências feitas para a União.

No parecer, Raupp incorporou emenda aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), pela qual a LRF passará a estabelecer que a demonstração do cumprimento das exigências para a realização de transferência voluntária deverá ser feita quando da assinatura do convênio, e não por ocasião

Aprovado projeto que flexibiliza Lei de Responsabilidade Fiscal este ano

Outra proposta aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos flexibiliza a aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para o exercício financeiro de 2009, visando beneficiar diretamente as prefeituras que estão enfrentando problemas para cumprir as metas de controle do endividamento e dos gastos exigidos na legislação.

De iniciativa do senador César Borges, a proposição (PLS 450/09) agora vai a Plenário, com pedido de urgência também aprovado pela CAE. O texto nasceu de sugestão da Confederação Nacional de Municípios, como alternativa para minimizar dificuldades das prefeituras devido à crise mundial deflagrada no ano passado. O senador explica que o projeto não foi feito para liberar a “gastança”, mas sim para ajudar os municípios e seus gestores diante da queda excepcional das receitas este ano.

— Queremos evitar que os gestores fiquem sujeitos a penalidades severas, o que ocorrerá se não houver essa flexibilização para as contas deste ano — disse César Borges à Agência Senado.

As prefeituras receberam este ano menos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) por dois motivos: a própria queda na arrecadação e, ainda, as isenções fiscais concedidas pelo governo federal para fazer frente aos efeitos da crise na economia brasileira. O FPM é formado com parte da



Aloizio Mercadante (esq., à Mesa), Garibaldi Alves, Gim Argello e Sérgio Zambiasi durante a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos

das liberações de recursos, “que devem obedecer ao cronograma de desembolso previsto no convênio”.

O autor da emenda, Romero Jucá (PMDB-RR), explicou que a mudança inserida na

LRF deverá impedir que uma obra pública em execução seja paralisaada por pendências administrativas.

— Depois do convênio iniciado e de liberada a primeira parcela de recursos, uma

eventual inadimplência do município não poderá ser usada como motivo para paralisar a obra — explicou.

Também se manifestaram a favor da matéria (PLS 350/09) os senadores Eduardo Azere-

do (PSDB-MG), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) e César Borges (PR-BA).

A proposta segue agora para votação em Plenário, em regime de urgência.

Comissão acolhe normas gerais para cooperativas de trabalho

Projeto que estabelece normas gerais de organização e funcionamento para as cooperativas de trabalho foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A matéria institui ainda o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho (Pronacoop).

Relator substituído da proposta (PLC 131/08), Romero Jucá afirmou que a medida define os princípios que deverão orientar o funcionamento dessas cooperativas, assim como o regime de fiscalização e as penalidades a serem aplicadas em caso de fraude à legislação trabalhista.

Sobre sua emenda supressiva, o parlamentar explicou a intenção de manter excluída do alcance do projeto as cooperativas de assistência à saúde, e não as “cooperativas operadoras de planos privados de assistência à saúde”, conforme estabelecia o texto original.

A matéria recebeu substitutivo do senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), que acolheu também emenda supressiva de Romero Jucá, e agora deverá ser examinada em regime de urgência pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Anistia a entidades

Logo após a discussão do parecer, pedido de vista coletiva adiou a vota-

ção de projeto de lei (PLS 653/07) encaminhado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participação (CDH) que dispõe sobre a concessão de anistia de multas tributárias a entidades sem fins lucrativos. A iniciativa da proposta partiu da Federação dos Trabalhadores Circulistas do Estado do Rio Grande do Norte e o benefício refere-se a multas por atraso na entrega da declaração do imposto de Renda.

O parecer favorável do senador Antonio Carlos Júnior incluiu duas emendas. A primeira fixa em R\$ 200 a multa mínima para as entidades sem fins lucrativos que atrasarem a entrega da declaração do imposto. A outra concede anistia para as entidades que regularizarem sua situação junto à Receita Federal do Brasil no prazo de 180 dias.

Gerson Camata (PMDB-ES) foi o primeiro a questionar esses benefícios, advertindo que sua concessão pode desestimular essas entidades a manter seus compromissos tributários em dia.

Por sua vez, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) sugeriu que o prazo de 180 dias para regularização de pendências com o fisco seja concedido uma única vez, mudança que deverá ser acolhida pelo relator. Eduardo Suplicy (PT-SP) concordou com Gerson Camata.

Menos imposto para pequeno produtor cultural

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou projeto que busca estabelecer uma regra de tributação menos onerosa para as empresas de produção artística enquadradas no Simples Nacional, o regime tributário simplificado para micro e pequenas empresas.

Pelo texto (PLC 200/09 – Complementar), as pequenas empresas desse segmento poderão ser enquadradas no Anexo IV do Estatuto da Microempresa e ficar sujeitas a uma alíquota única a partir de 4,5%.

A lei original do Simples havia sido modificada, em 2008, para permitir a adesão de novos segmentos ao regime simplificado. No caso da área artística e cultural, o ingresso seria por meio do Anexo V, grupo no qual ficariam submetidas a uma taxa, por meio de alíquota única, a partir de 17,5%, desde janeiro daquele ano.

O relator, Adelmir Santana (DEM-DF), observou que a opção pelo Simples, no caso dessas empresas, significaria aumento da carga tributária com o enquadramento no Anexo V, pois na maioria delas a folha de salários representa pouco em relação à receita bruta, já que trabalham mais com *freelancers*.

O projeto, também já aprovado na Câmara e na Comissão de Educação (CE) do Senado, vai agora a Plenário em regime de urgência. A audiência pública foi realizada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado, em conjunto com quatro comissões da Câmara dos Deputados.

O ministro José Pimentel apresentou um quadro geral sobre a situação financeira da Previdência e as mudanças que o governo tem implementado. Ele informou que o Estado já trabalha a substituição da atual contribuição sobre a folha de pagamento por instrumentos arrecadatórios mais eficazes.

Pimentel disse que o maior problema hoje para a Previdência é o crescente número de acidentes de trabalho, que tiveram um custo de R\$ 52 bilhões nos anos de 2007 e 2008,

Dados sigilosos recebidos fora de tempo por CPis

Projeto aprovado pela CAE pode evitar que informações sigilosas requisitadas a instituições bancárias por comissões parlamentares de inquérito (CPis), mas só entregues depois do encerramento de seus trabalhos, sejam esquecidas em arquivos. Pela proposta (PLS 318/07 – Complementar), tenham as CPis sido concluídas com relatório aprovado ou não, os documentos deverão ser encaminhados ao Banco Central ou à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), para as providências cabíveis.

O destino pode ser ainda o Ministério Público, desde que haja requisição desse órgão. O projeto de Pedro Simon (PMDB-RS) foi aprovado na forma do substitutivo do relator Demostenes Torres (DEM-GO). O texto é resultado das sugestões da CPI dos Bancos, que atuou na segunda metade da década de 1990.

Em relação ao texto original, a versão do relator apresenta uma diferença básica: explicita que o Ministério Público, caso requisite os documentos, não pode se limitar a recebê-los, mas deve efetivamente verificar se neles há evidências ou indícios de crime definido em lei como objeto de ação pública, para a necessária instauração de processo.

A proposta será agora examinada pela CCJ.

Alteração na regra sobre pagamento à Previdência provoca divergências

Proposta defendida pelo setor empresarial para desonerar a folha de pagamento, mediante a contribuição de 0,5% sobre a movimentação financeira, é alvo de críticas do ministro José Pimentel e representantes da Receita Federal

DEBATE REALIZADO ONTEM no Senado em torno da proposta de substituir o recolhimento ao INSS sobre a folha de pagamento por uma contribuição de 0,5% sobre a movimentação financeira foi marcado pela divergência entre representantes do governo e do setor privado. O Ministério da Previdência Social e a Receita Federal veem com cautela a proposta, que é discutida há dez anos e tem entre seus defensores a Confederação Nacional do Comércio, de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

A audiência pública foi realizada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado, em conjunto com quatro comissões da Câmara dos Deputados.

O ministro José Pimentel apresentou um quadro geral sobre a situação financeira da Previdência e as mudanças que o governo tem implementado. Ele informou que o Estado já trabalha a substituição da atual contribuição sobre a folha de pagamento por instrumentos arrecadatórios mais eficazes.

Pimentel disse que o maior problema hoje para a Previdência é o crescente número de acidentes de trabalho, que tiveram um custo de R\$ 52 bilhões nos anos de 2007 e 2008,

Dados sigilosos recebidos fora de tempo por CPis

Projeto aprovado pela CAE pode evitar que informações sigilosas requisitadas a instituições bancárias por comissões parlamentares de inquérito (CPis), mas só entregues depois do encerramento de seus trabalhos, sejam esquecidas em arquivos. Pela proposta (PLS 318/07 – Complementar), tenham as CPis sido concluídas com relatório aprovado ou não, os documentos deverão ser encaminhados ao Banco Central ou à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), para as providências cabíveis.

O destino pode ser ainda o Ministério Público, desde que haja requisição desse órgão. O projeto de Pedro Simon (PMDB-RS) foi aprovado na forma do substitutivo do relator Demostenes Torres (DEM-GO). O texto é resultado das sugestões da CPI dos Bancos, que atuou na segunda metade da década de 1990.

Em relação ao texto original, a versão do relator apresenta uma diferença básica: explicita que o Ministério Público, caso requisite os documentos, não pode se limitar a recebê-los, mas deve efetivamente verificar se neles há evidências ou indícios de crime definido em lei como objeto de ação pública, para a necessária instauração de processo.

A proposta será agora examinada pela CCJ.



Na reunião da CCT, Ronan de Oliveira, ministro José Pimentel, senador Flexa Ribeiro e Luígi Nese

e está concentrado em 52 mil empresas. Acrescentou que há o pagamento do seguro de acidente de trabalho, que chegou a R\$ 11,5 bilhões, enquanto a arrecadação foi de apenas R\$ 7,7 bilhões.

— Esse é o verdadeiro custo Brasil. Mas, o próximo presidente da República vai encontrar a Previdência planejada como política de Estado até 2050, deixando de ser uma política de governo — afirmou o ministro.

Sonegação

Para o chefe-substituto da Divisão de Contribuições Sociais e Previdenciárias de Terceiros, da Receita Federal, Ronan de Oliveira, em razão da vinculação dos recursos arrecadados pela Previdência, desonerar a folha de pagamento das empresas dessa maneira significa colo-

car em risco o pagamento de benefícios. Ele explicou que o pagamento de salários em dinheiro vivo não seria tributado e não poderia ser fiscalizado, justamente por estar fora da conta bancária.

— As facilidades de sonegação vão aumentar e a arrecadação vai diminuir. A proposta prevê o melhor dos mundos, e nós sabemos que isso é praticamente impossível — afirmou.

Por sua vez, João Hamilton Rech, coordenador de Tributos sobre a Produção e Comércio Exterior da Receita, assinalou que a proposta cria um problema com as empresas exportadoras, que são legalmente isentas de tributação sobre as suas receitas.

Rech observou que a mudança proposta atingiria o direito constitucional ao sigilo bancário



Marcelo Crivella

sobretudo pela China.

Na avaliação do parlamentar, além de prejudicar o trabalhador, a terceirização provoca a perda de direitos trabalhistas.

— Para que terceirizar? Eu até fico triste com a Petrobras, terceirizando funcionários até na plataforma. Para que isso? Para não pagar um 13º, um abono de férias ou de Natal? — questionou o senador.

Jefferson lê reivindicações de servidores em greve

O senador Jefferson Praia (PDT-AM) leu a Carta Aberta à População, de servidores do Ministério do Trabalho e Emprego que estão em greve há mais de 20 dias. Ele informou que recebeu o texto depois de participar de reunião na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Amazonas.

No documento, os servidores alegam que seus salários estão defasados há décadas e que as condições de trabalho

são precárias. Afirmando que os funcionários do ministério lutam pela implantação do plano de carreira desde 1988, além de reivindicarem uma política de capacitação permanente.

Jefferson Praia também apresentou requerimento pedindo voto de louvor à Rede Calderero de Comunicação, do Amazonas, que inaugurou na segunda-feira o sistema A Crítica de Televisão Digital, em Manaus.



César Borges

César Borges: recursos do pré-sal para todos

O senador César Borges (PR-BA) defendeu uma divisão mais equilibrada dos recursos oriundos do petróleo e do gás da camada pré-sal, “de forma que preservar o pacto federativo, nem que para isso a União tenha que abrir mão de uma maior fatia dos recursos”. Ele registrou que o substitutivo aprovado em comissão especial da Câmara dos Deputados aumentou de 10% para 15% o percentual a ser pago pelas

empresas exploradoras. Desse total, o texto destina 22% para todos os estados e 22% para todos os municípios, beneficiando aqueles que não são produtores.

— Defendo uma repartição mais equitativa dos *royalties* porque um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.



Jefferson Praia

e fiscal, podendo dificultar a fiscalização desse novo tributo.

Mais emprego

O professor da Escola de Administração da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Fernando Garcia explicou a proposta de desoneração da folha de pagamento. Ele disse que realizou um estudo sobre o impacto que a mudança teria na economia brasileira, utilizando como base de dados as Contas Nacionais do Brasil de 2006.

Em tese, Garcia afirmou que a alteração tributária acarretaria aumento da renda dos trabalhadores e da oferta de emprego, com redução nos preços de bens e serviços, uma vez que as empresas poderiam repassar a desoneração no custo de produção.

O presidente da Confederação Nacional de Serviços, Luígi Nese, ressaltou que o setor é o que mais utiliza mão de obra no Brasil. Ele disse que a proposta da nova tributação desoneraria o emprego num país que paga 42,5% de impostos sobre o trabalho. Afirmo que não haveria dificuldade técnica para sua implantação, por ser um imposto semelhante à antiga CPMF.

Luígi Nese assinalou que a proposta ainda não está fechada e defendeu a sua discussão no Congresso Nacional.

Dornelles pede política ousada de exportação

Uma política que tenha como meta crescimento com geração de renda e emprego deve investir em uma ousada política de exportação. Ao fazer a observação, Francisco Dornelles (PP-RJ) apelou às lideranças do governo na Câmara que aprovem o PLS 411/09, de sua autoria, que inclui os bens de uso e consumo e os bens de capital entre os itens que podem gerar crédito de IPI.

— Como um país com a dimensão do Brasil não deve conduzir qualquer política cambial que não seja a do câmbio flutuante, é necessário um enorme esforço para reduzir o custo Brasil, que tem na sistemática tributária seu grande componente. Para atingir tal meta, é necessário de imediato tomar medidas que impliquem a desoneração do IPI, da Cofins e do PIS — ressaltou.



Dornelles cobra aprovação de seu projeto que pode gerar crédito de IPI

Comissão de Assuntos Sociais debateu as condições de trabalho dos motoristas profissionais com representantes de trabalhadores, autônomos e empresas de transporte



Paim (E) e Ubiraci Oliveira, representante da Central-Geral dos Trabalhadores do Brasil, participam de audiência da CAS

Estatuto dos Motoristas deve ser apresentado em março

O VICE-PRESIDENTE DA Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senador Paulo Paim (PT-RS), comprometeu-se ontem a apresentar uma proposta de Estatuto dos Motoristas, em março próximo, quando deverá ocorrer a oitava reunião do ciclo de audiências públicas sobre as condições de trabalho dos motoristas. De acordo com Paim, o projeto do estatuto deve harmonizar os interesses de trabalhadores,

empresários e governo. Ele disse que vai apresentar o que for consensual.

Flávio Arns (PSDB-PR) sugeriu a discussão dos diversos pontos relacionados ao assunto por grupos de trabalho específicos. Ele salientou que conflitos de interesse podem comprometer avanços já conquistados nos debates sobre a regulamentação do setor de transporte e das condições de trabalho

dos profissionais da área. Arns propôs separar a discussão dos assuntos para não prejudicar o que é consensual ou o que não necessita de legislação para ser implantado – por exemplo, a organização sindical.

O senador Mão Santa (PSC-PI) ressaltou sua confiança nos caminhoneiros, “num momento em que as instituições brasileiras enfrentam uma crise de credibilidade”.

Limite de percurso diário é ponto polêmico

A definição de carga de trabalho para os motoristas foi ponto polêmico no sétimo debate, realizado ontem, do ciclo de audiências públicas que discute as condições de trabalho dos profissionais do volante, na CAS. O presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos do Rio Grande do Sul, Carlos Alberto Litti Dahmer, sugeriu a adoção de 750 quilômetros como percurso diário seguro para os motoristas autônomos, bem como para a viabilidade econômica. A sugestão foi apoiada pelos representantes do Movimento União Brasil Caminhoneiro, Neori Leobet e Nélio Sebastião Botelho.

O representante da Central-Geral dos Trabalhadores do Brasil, Ubiraci Dantas de Oliveira, disse que as condições de trabalho dos motoristas profissionais são precárias e que eles permanecem cerca de três meses nas estradas e, quando voltam à

família, a renda é insuficiente para seu sustento.

Diretor da Nova Central Sindical de Trabalhadores, Luiz Antonio Festino afirmou que há muitas categorias envolvidas – como transporte de carga, de passageiros, de trabalhador rural e escolar – que merecem abordagens diferenciadas.

Custo Brasil

O representante da Associação Nacional de Transportes de Carga e Logística, Neuto Gonçalves dos Reis, apesar de defender uma regulamentação, disse que as mudanças na legislação poderão ter impacto no custo Brasil e, conseqüentemente, o país pode perder competitividade. Para ele, antes de apresentar o Estatuto do Motorista, é preciso fazer análise da repercussão econômica das medidas a serem adotadas. Ele ressaltou que a redução da jornada diária para seis horas e o adicional de peri-

culosidade de 30%, propostas sugeridas, elevaria o valor dos encargos das empresas e o custo logístico do transporte.

A avaliação sobre o aumento dos custos foi compartilhada pelos representantes da Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres, Marcos Aurélio Ribeiro, e da Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul, Abel Paré, para quem há risco de que o consumidor também seja onerado. Já Ribeiro destacou que a proposta de um Estatuto do Motorista deve beneficiar a categoria, no entanto, precisa ser viável.

A aplicabilidade da lei foi a preocupação manifestada pelo inspetor-chefe da Divisão de Multas e Penalidades do Departamento da Polícia Rodoviária Federal, Jerry Adriane Dias Rodrigues. Ele observou que caberia a essa polícia fiscalizar o cumprimento das novas regras.

Osmar defende os torcedores do Coritiba contra “generalizações”

A “generalização” não é justa, afirmou Osmar Dias (PDT-PR) ao defender a torcida do time do Coritiba de análises da mídia sobre a invasão do campo, as brigas e o vandalismo após o jogo que a equipe disputou com o Fluminense, domingo, em Curitiba. Segundo o senador, a violência foi praticada por “pessoas desgarradas de cidadania, que devem ser rigorosamente punidas” e fariam isso “em qualquer ambiente”.

– Não podemos permitir que se manche o nome de uma instituição que tem cem anos de existência porque alguns alopados foram lá promover bagunça e confusão.



Osmar Dias quer rigor na punição aos responsáveis por violência em estádio

Para Osmar, a Polícia Militar não pode ser culpada. “Se a gente precisar pôr um exército no campo para assistir a um jogo, é porque a coisa está perdida”, disse.

Raupp pede implementação de PEC sobre servidores de Rondônia

Valdir Raupp (PMDB-RO) fez um apelo ao ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, pela implementação das medidas previstas na Emenda Constitucional 60, que transfere para o quadro da União os servidores do então território de Rondônia.

O senador comentou também a promulgação pelo Congresso da PEC 96-A/03, que acaba com a Desvinculação das Receitas da União (DRU) sobre os recursos destinados à educação. Raupp disse que os R\$ 9 bilhões a serem liberados já no próximo ano “alavancarão um pouco mais o nível da educação”. Ele registrou ainda a aprovação pelo Senado da PEC 41/08, que cria o piso



Raupp informa que solicitou audiência com o ministro do Planejamento

salarial nacional para policiais civis, militares e bombeiros. A PEC, aprovada em dois turnos no Senado no último dia 2, deverá ser analisada agora pelos deputados.

Sadi Cassol elogia programa de incentivo a jovens doutores

Ao narrar sua participação na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia de Palmas, Sadi Cassol (PT-TO) apontou o programa Primeiro Emprego Tecnológico, do governo federal, como uma iniciativa positiva no sentido de inserir definitivamente o tema da ciência, da tecnologia e da inovação na agenda política brasileira.

O programa, explicou o senador, propõe uma integração de doutores com o setor produtivo brasileiro mediante a concessão de incentivos para as empresas que contratarem jovens doutores pelo período de um ano, renovável por mais um. A empresa paga um terço da remuneração,



Cassol: “O conhecimento é o bem mais valioso que uma nação pode ostentar”

enquanto o governo arca com os outros dois terços.

Sadi Cassol disse ainda que, a seu ver, “o conhecimento é o bem mais valioso que uma nação pode ostentar”.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Shlessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Serys Shlessarenko • Eduardo Azeredo • Marco Maciel • Marconi Perillo • Romeu Tuma • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Valter Pereira afirma que caso Arruda reflete crise ética do país

Ao comentar o escândalo de corrupção que envolveu as autoridades do Distrito Federal, inclusive o governador José Roberto Arruda (DEM), o senador Valter Pereira (PMDB-MS) disse que o caso reflete uma crise ética que se espalha por todo o país.

– Daí a desilusão de muitos, a descrença de tantos outros e a indiferença de grande parcela da população, que exorciza a atividade política ao invés de mudá-la ou de, pelo menos, tentar fazer isso – observou.

Para o senador, o caso Arruda, além de prejudicar a imagem do Democratas, “respinga na vida partidária em geral”. Ele acredita que chegou a hora de o Congresso Nacional instituir o *recall* de mandatos eletivos, dando aos eleitores a possibilidade de revogarem mandatos cujos titulares transgridam



Senador propõe que se institua o direito de o cidadão revogar mandatos

deveres éticos. Valter Pereira lamentou que tais acontecimentos estejam engessando o funcionamento da administração da capital federal.

– A verdade é que o episódio envolvendo o governador José Roberto Arruda é lastimável sob todos os aspectos e precisa sim que o Congresso Nacional acompanhe atentamente o desenrolar da crise – afirmou.

Mão Santa lamenta baixa credibilidade do Congresso

Ao comentar pesquisa realizada em outubro pelo Instituto Datafolha intitulada “O Retrato da Ética no Brasil”, o senador Mão Santa (PSC-PI) afirmou ontem que o Congresso Nacional vive sua pior crise de credibilidade.

Ele citou dados da pesquisa segundo os quais os deputados e senadores teriam apenas 8% de credibilidade, enquanto a Igreja Católica, instituição mais acreditada pelos brasileiros, alcançaria 29%, seguida das Forças Armadas, com 24%, e da imprensa, com 20%.

– Vivemos a pior crise de credibilidade, ninguém acredita mais em ninguém; 92% dos brasileiros acham que somos corruptos; 8% é a nossa credibilidade – lamentou, dizendo não acreditar em autoridade sem credibilidade.

A pesquisa revela, conforme relato do senador, que os bra-



Mão Santa cita pesquisa do Datafolha: apenas 8% acreditam no Congresso

sileiros consideram o Congresso Nacional, a Presidência da República e os ministérios como líderes em corrupção.

Mão Santa também comentou a pesquisa do instituto Ibope, divulgada na segunda-feira, que apontou que a aprovação do governo está em 83%. Comparou-a à popularidade de Adolf Hitler na Alemanha, “que tinha 99%”, e à do presidente Fidel Castro, de Cuba.

Azeredo diz que acusações contra ele se baseiam em um recibo falso

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) declarou ontem, em discurso, que terá no Supremo Tribunal Federal (STF) a oportunidade de fazer sua defesa “de forma detalhada”. Na semana passada, o STF decidiu abrir uma ação contra o senador, a partir das acusações de envolvimento com um esquema ilegal de financiamento de campanha durante sua tentativa de reeleição ao governo de Minas Gerais, em 1998.

– Sou vítima de uma armação, de um complô – afirmou o senador, argumentando que “essas acusações estão baseadas em um recibo falso”.

Ao reiterar que agora, no STF, poderá detalhar sua defesa, Azeredo afirmou que o ministro relator do caso, Joaquim Barbosa, “em uma função muito mais parecida com a de um promotor, gastou nove horas para apresentar seu libelo, enquanto o advo-



Azeredo afirma que terá oportunidade de fazer defesa “de forma detalhada”

gado de defesa teve apenas 15 minutos para se contrapor às ilações do ministro”.

Eduardo Azeredo também comentou a notícia de que a Petrobras pretende implantar uma fábrica de amônia e defendeu a instalação dessa unidade no estado que representa – Minas Gerais. O senador argumentou que o seu estado “tem todas as condições para sediar a nova planta”.

Comissão de Educação aprova proposta que adapta a Lei de Diretrizes e Bases a mudança no texto constitucional feita em 2006 que ampliou o ensino obrigatório

Projeto fixa início do ensino fundamental aos cinco anos

O ENSINO FUNDAMENTAL obrigatório, com duração de nove anos, terá início aos cinco anos de idade, segundo estabelece projeto (PLS 414/08) do senador Flávio Arns (PSDB-PR) aprovado ontem em decisão terminativa pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O relator da proposta, que modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), foi o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

Segundo esclarece Zambiasi em seu voto favorável, o projeto destina-se a adaptar a LDB à nova redação do artigo 208, inciso IV, da Constituição, segundo o qual – de acordo com emenda aprovada em 2006 – a educação infantil, em creche e pré-escola, será oferecida a crianças até cinco anos de idade. Ou seja, os alunos permanecerão na educação infantil até completarem cinco anos. A partir desse momento, já poderão ingressar no ensino fundamental.

Reuniões escolares

Em turno suplementar e em decisão terminativa, a comissão aprovou o substitutivo da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ao PLS 449/07, do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que torna a participação dos pais em reuniões escolares condição adicional para se receber a Bolsa Família. Foi rejeitada emenda da senadora Fátima Cleide (PT-RO), segundo a qual os pais poderiam justificar ausência de reuniões pela incompatibilidade com o horário de trabalho ou pela falta de dinheiro para pagar o transporte até a escola.



Senadores Marconi (E), Mozarildo, Papaléo, Arruda, Camata e Alvaro Dias na CE

Outros projetos aprovados

Foram aprovados ontem pela Comissão de Educação, em decisão terminativa, mais 14 projetos

PLC 80/09	Confere ao município de Nova Petrópolis (RS) o título de Capital Nacional do Cooperativismo
PLC 125/09	Denomina Ponte Comendador Hiroshi Sumida a ponte sobre o rio Ribeira de Iguape, em Registro (SP)
PLC 102/09	Denomina Campus Milton Geraldo Lampe o <i>campus</i> de Apucarana (PR) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná
PLC 181/09	Institui o dia 24 de agosto como Dia Nacional da Comunidade Ucraniana
PLS 300/09	de Demostenes Torres (DEM-GO) Denomina Campus Ceres – Domingos Mendes da Silva o <i>campus</i> do Instituto Federal Goiano localizado em Ceres (GO)
PLC 120/09	Institui o Dia Nacional da Baiana do Acajaze
PLS 271/09	de José Agripino (DEM-RN) e Rosalba Ciarlini (DEM-RN) Autoriza o Poder Executivo a implantar em Umarizal (RN) <i>campus</i> do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
PLS 270/09	de Rosalba Ciarlini (DEM-RN) Autoriza a implantação de <i>campus</i> do mesmo instituto em Nova Cruz (RN)
PLC 157/09	Institui o Dia do DeMolay , nome de uma organização que congrega jovens da Maçonaria
PLC 72/09	Institui o Dia Nacional da Câmara Júnior , uma associação mundial de pessoas jovens destinada a desenvolver a consciência cívica da juventude
PLC 156/09	Institui o Dia Nacional dos Trabalhadores na Área da Saúde , em 12 de maio
PLC 231/09	Denomina Rodovia Engenheiro Simão Gustavo Tamm anel rodoviário em torno de Barbacena (MG)
PLC 301/09	Dá o nome de Ponte de Integração Deputado Tristão da Cunha a uma ponte sobre o rio Grande, que liga as cidades de Passos e São João Batista de Glória, em Minas Gerais
PLC 71/09	Denomina Rodovia Federal Governador Henrique Santillo o trecho da BR-060 entre Goiânia (GO) e Brasília (DF)

Aprovada emenda sobre ensino de Libras

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) deverá ser obrigatória para todos os estudantes surdos como língua de comunicação, em todos os níveis e modalidades da educação básica, nas instituições públicas e privadas de ensino. É o que determina emenda de Plenário ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 14/07, do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), aprovada ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Ainda segundo a emenda, apresentada pela relatora do projeto, senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), as condições

de oferta do ensino da Libras serão definidas em regulamento dos sistemas de ensino. O regulamento tratará da necessidade de contratação de professores bilíngues, de tradutores e intérpretes; e do acesso da comunidade estudantil ouvinte e dos pais de alunos com deficiência auditiva ao aprendizado da Libras.

O texto contou com apoio do senador Flávio Arns (PSDB-PR), que considerou o projeto um “avanço importante” para a comunidade surda”. A emenda será mais uma vez analisada pelo Plenário.

Obras de arte

A comissão aprovou também o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 48/06, que torna obrigatória a exposição de obras de arte de brasileiros, natos ou naturalizados, nos imóveis em que funcionam órgãos federais. A relatora também foi a senadora Marisa Serrano.

Foram concedidas vistas coletivas do PLC 160/09, que regulamenta o exercício de cultos religiosos, e do PLS 186/06, que modifica as regras do xame de Ordem promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Wellington Salgado cita Cazusa para criticar a corrupção no país

O senador Wellington Salgado (PMDB-MG) apontou a atualidade dos versos da canção *Brasil*, de Cazusa (1958-1990). Composta em 1988, a letra trata da desigualdade social, da violência, da alienação e, da corrupção.

– Os versos são atualíssimos, com tudo que estamos vendo, e não só aqui em Brasília, neste

momento – disse.

Wellington sublinhou o refrão da canção (Brasil! / Mostra a tua cara / Quero ver quem paga / Pra gente ficar assim / Brasil! / Qual é o teu negócio? / O nome do teu sócio? / Confia em mim). A seu ver, ele é um retrato de uma realidade à qual os brasileiros tiveram que se acostumar.



Salgado afirma que os versos da canção *Brasil* “são atualíssimos”



João Pedro: Brasil, Índia, México, África devem ter ajuda para preservar planeta

João Pedro critica posição de países ricos na COP-15

Países em desenvolvimento têm direito de receber recursos do Fundo de Adaptação e Mitigação, da ONU e de outros órgãos, para combater o desmatamento e preservar biomas, defendeu João Pedro (PT-AM).

– O presidente dos Estados Unidos [Barack Obama] tem que se dirigir a Copenhague, [onde ocorre, até o dia 18, a 15ª Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudança Climática] e pedir desculpas porque seu país não cumpriu com o Protocolo de Kyoto. Não podemos fazer uma discussão ambiental sem um compromisso social, econômico, justo para todos – disse.



Virgílio: “Nós também somos contrários ao desmatamento”

Soberania sobre a Amazônia é do Brasil, diz Virgílio

Ao lembrar que o secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, teria dito que “a ONU quer que o Brasil deixe de usar o argumento da soberania para impedir qualquer sugestão sobre o que fazer com a Amazônia” no que se refere às questões climáticas, Arthur Virgílio (PSDB-AM) declarou ontem que “não é hora para afirmativas inconsequentes”.

– A Amazônia é brasileira. Não existe isso de soberania universal sobre a região – afirmou.

O senador disse que prefere interpretar as afirmações de Ban Ki-moon – que também teria criticado os índices de desmatamento no Brasil – “como mais um esforço para alertar o mundo sobre a necessidade de evitar a devastação de florestas”.

– Nós também somos contrários ao desmatamento da Floresta Amazônica – frisou.

Virgílio disse que recebeu “com certa reserva” a informação de que o desmatamento na região teria sido 46% menor nos últimos 12 meses. Ele observou que “há um outro dado que preocupa”: entre junho e julho deste ano, o desmatamento teria aumentado 18,5% em relação ao mesmo período do ano passado.

Presidente da Agência Nacional de Águas propõe, em audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, que a questão dos recursos hídricos seja priorizada no país

“A água será o produto mais importante deste século”

A ÁGUA VAI fazer a diferença, de forma dramática, e se tornar o produto mais importante deste século. A previsão foi feita ontem pelo presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), José Machado, durante audiência pública realizada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Por isso, José Machado propôs que a questão da água seja colocada de forma prioritária na agenda nacional, como forma de preservar os mananciais e fazer com que a sociedade use esse bem de maneira mais racional. Ele também informou que a ANA está pressionando estados a criarem os respectivos órgãos gestores de recursos hídricos.

Apesar de deixar claro que o Brasil possui uma legislação moderna para o setor, José Machado reconheceu que ainda há muito por fazer, a começar por



José Machado (E), ao lado de Renato Casagrande, debate com senadores

maiores investimentos.

Autora do requerimento que resultou na audiência pública, Marisa Serrano (PSDB-MS) reconheceu que a ANA vem crescendo e se afirmando cada vez mais na missão de regular o uso da água. Mas se mostrou preocupada com a existência de conflitos da agência com a Secretaria Nacional de Recursos Hídricos (SRH) do Ministério do Meio Ambiente.

José Machado admitiu a existência dos conflitos, no entanto, observou que a ANA tem papel diferenciado, já que é uma agência de Estado, enquanto a SRH é um órgão de governo. Machado defendeu maior integração entre as duas instituições.

Jefferson Praia (PDT-AM) disse que não está satisfeito com a política de recursos hídricos para a Amazônia, pois até os igarapés estariam poluídos.

Serys destaca meta brasileira de redução dos gases poluentes

Serys Shessarenko (PT-MT) disse que a meta brasileira de reduzir as emissões de gases do efeito estufa entre 36,1% e 38,9% até 2020, com base nas taxas de 2005, talvez seja uma das propostas mais ambiciosas a serem levadas à 15ª Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-15), que se realiza em Copenhague até o dia 18.

A senadora lembrou que a delegação brasileira apresentará o compromisso de corte nas emissões poluentes e que as metas também estão contidas na Política Nacional de Mudança do Clima, já aprovada pelo Senado e em análise na Câmara, que prevê ainda redução no desmatamento e reflorestamento de áreas devastadas no país.



Serys: metas constam da Política Nacional de Mudança do Clima

Serys disse que o projeto de reforma do Código de Processo Penal (PLS 156/09), em tramitação na Casa, “não vai tocar” na Lei Maria da Penha, que pune a violência doméstica que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico e dano moral ou patrimonial.

Marisa: América Latina precisa de políticas de recursos hídricos

Ao relatar sua participação em evento na Costa Rica, em que foram discutidas a preservação e a gestão de recursos hídricos, Marisa Serrano (PSDB-MS) afirmou que os países da América Latina precisam adotar políticas nacionais para essa área. Ela informou que apenas três países da região têm políticas com esse objetivo: Brasil, México e, agora, Costa Rica.

– É muito pouco, ainda mais se o objetivo é tratar a questão com seriedade – disse.

A senadora informou que a reunião na Costa Rica, em San José, com a participação de países das Américas e do Caribe, discutiu os resultados do 5º Fórum Mundial de Águas, realizado em Istambul, na Turquia, com o objetivo de apontar prioridades



Marisa Serrano defende também investimentos em hidrovias

e elaborar propostas para o 6º Fórum Mundial de Águas, que acontecerá daqui a três anos, em Marselha, na França.

Outro assunto abordado pela senadora foi o do transporte de cargas: “Por que nós não investimos em hidrovias, se temos rios navegáveis?” – questionou.



Augusto Botelho afirma que medida contraria decisão do Supremo

Augusto condena possível criação de reserva em Roraima

Augusto Botelho (PT-RR) protestou em Plenário contra uma suposta tentativa do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade de criar reserva nos campos de Lavrado, no estado de Roraima, contrariando determinação do Supremo Tribunal Federal (STF). De acordo com o senador, por ocasião da demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol como área de uso exclusivo dos índios, o STF decidiu que nenhuma reserva indígena no país deveria ser expandida. Ele informou que do total de 22 milhões de hectares de Roraima, 10 milhões já correspondem a reservas indígenas.

Muda Sistema de Defesa da Concorrência

O projeto que reestrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) foi aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. A proposta unifica no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) as competências divididas atualmente com a Secretaria de Acompanhamento Econômico (Seae), ligada ao Ministério da Fazenda, e a Secretaria de Direito Econômico (SDE), vinculada ao Ministério da Justiça, cabendo ao Cade avaliar os atos de concentração econômica (fusões e incorporações de empresas).

O projeto (PLC 6/09), de autoria do deputado Carlos Eduardo Cadoca (PSC-PE), tem ainda como objetivos a ampliação dos quadros técnicos do Cade e a criação de incentivos à permanência dos melhores profissionais; a instituição da análise prévia de atos de concentração, com prazos fixos e céleres para a decisão final; e o aprimoramento e a racionalização dos procedimentos administrativos, para que se tornem mais ágeis.

De acordo com o projeto, que vai ao exame da CCJ, também serão submetidos ao Cade os atos de concentração em que pelo menos um dos grupos envolvidos tenha registrado no ano anterior faturamento bruto anual ou volume de negócios no país equivalente ou superior a R\$ 150 milhões.